

Levantamento de votações e discursos sobre direitos sexuais e reprodutivos e gênero do Brasil na arena internacional 2019-2020

Data	Evento	Posicionamento	Referência
25/02/19	40ª Sessão CDH ONU	<u>Damares</u> : “Decidimos que a nossa prioridade seria garantir e proteger o primeiro e maior de todos os direitos humanos, o direito à vida”.	https://www.defesanet.com.br/onu/noticia/35863/ONU---Discurso-Ministra-Damares-Alves/
12/03/19	Painel paralelo CSW63 2019, com representantes do MMFDH: International dialogue on achieving inclusive societies through life-affirming & family-oriented policies	<p><u>Tia Eron, Secretária Nacional de Políticas para Mulheres</u>: detalhou a batalha que ela e pessoas contra o aborto sofrem no Brasil e que irá trabalhar para proteger “os direitos completos dos seres humanos desde a concepção até a morte natural”.</p> <p><u>Roseane Cavalcante De Freitas Estrela, Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres</u>: focou no direito das pessoas com deficiência, em especial bebês com anencefalia e o risco que fetos com essa anomalia enfrentam de serem abortados e declarou, em nome de pessoas com deficiência: “Nos temos o direito de viver e vamos lutar até a morte para que outras pessoas com deficiência possam viver”.</p> <p><u>Lília Nunes Dos Santos, Diretora do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher</u>: argumentou que o direito a vida é o primeiro e mais importante de todos os direitos, “sem ele, não podemos exercer nenhum outro direito”.</p>	https://www.campaignlifecoalition.com/hot-news/id/468
13/03/19	5ª Reunião Plenária CSW63 2019	<u>Damares</u> : "Na mesma direção, defendo com o mesmo empenho a inviolabilidade do direito à vida prevista na Carta Magna brasileira. Senhoras e senhores, direito à vida, no entendimento do atual governo brasileiro, significa proteção da vida desde o momento da concepção".	1h42m30s/1h47m http://webtv.un.org/search/5th-plenary-meeting-commission-on-the-status-of-women-csw63-2019-general-discussion-/6013648684001/?term=2019-03-13&sort=date&page=3
22/03/19	Encerramento CSW63 2019	<u>Diplomata brasileiro</u> : Brasil se posiciona contra trechos da conclusão que 1) incluem as frases "garantir acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutivos"; 2) afirma ser necessário evitar qualquer "interferência do Estado que tenha o objetivo de dissolver ou enfraquecer a estrutura da família tradicional"; 3) afirma "a necessidade de proteção da mulher durante a gestação e a vida intrauterina de mulheres e homens"; 4) critica o "uso alternado das expressões 'gênero' e 'sexo'" por considerar “que, para esses propósitos, gênero é sinônimo de sexo, e sexo é definido biologicamente como homem e mulher”; 5) enfatiza "a insatisfação com a perspectiva geral adotada ao longo do	40m21s/44m http://webtv.un.org/watch/14th-plenary-meeting-commission-on-the-status-of-women-csw63-2019-action-on-draft-proposals-action-on-draft-agreed-conclusions-action-on-any-other-outstanding-issues/6017175833001

		documento, que tende a favorecer abordagens focadas no papel do Estado no lugar de (favorecer) o papel do setor privado, família e indivíduos". 6) Refere à importância de proteger a liberdade religiosa de meninas e mulheres. O governo brasileiro, no entanto, decidiu, apesar das ressalvas, aprovar o documento.	
04/04/19	52ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento	<u>Angela Vidal Gandra da Silva Martins, Secretária Nacional da Família:</u> “Como a ministra Damares destacou durante a última sessão do CSW, o governo brasileiro está convicto da necessidade de abordar, como medida prioritária, a violência contra a mulher, em particular o feminicídio. Além disso, um forte alvo do MMFDH é a projeção social, econômica e profissional das mulheres e o equilíbrio entre trabalho e família. Também estamos incentivando o engajamento da sociedade civil, do setor privado e das famílias como parceiros. Portanto, o governo estabeleceu um foco especial na família como um tema transversal, para que os problemas sociais possam ser estabilizados e o crescimento econômico, como consequência, alcançado. [...] As últimas sessões do CPD, entretanto, concentraram-se em alguns assuntos que são vistos, em geral, de forma muito diferente entre os Estados membros. Como resultado, questões importantes como envelhecimento da população, inclusão de jovens no mercado de trabalho, redução da pobreza, entre outras, tiveram pouca visibilidade. O Brasil gostaria de convidar o CPD a discutir temas esquecidos contidos no Programa de Ação, com foco no consenso e na promoção de ações concretas entre os estados. Esta troca de opiniões e experiências parece ser muito importante, visto que ocorreram mudanças substanciais nos últimos 25 anos. Assim, todos os participantes puderiam iluminar o debate para definir com sucesso novas metas para os próximos anos, no que diz respeito ao florescimento humano e ao desenvolvimento social.	https://www.un.org/development/desa/pd/events/CPD52
31/05/19	XXXIII RAAD Mercosul	<u>Ata final:</u> A delegação brasileira, primeira a falar no encontro, defendeu o direito à vida desde a concepção e o fortalecimento das relações familiares. <u>Reunião da Comissão Permanente de Gênero e Direitos Humanos das Mulheres:</u> A representante brasileira solicitou palavra e informou aos demais países que o conceito de gênero está sendo revisado no Brasil.	https://www.raadh.mercosur.int/pt-br/wpdm-package/r33-ar_19_plenaria/
10/06/19	Novo "dicionário" da diplomacia brasileira	Instruções sobre terminologia que deveria ser abandonada pela diplomacia brasileira foi recebida via telegrama pelas embaixadas do Brasil. 1) gênero: o Brasil tomará "como premissa o texto constitucional brasileiro que estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações". Trocar "igualdade de gênero" por "igualdade entre	https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/novo-dicionario-do-itamaraty/index.htm#end-card

		homens e mulheres", "violência com base em gênero" por "violência com base em sexo", "treinamento com base em gênero" por "treinamento que leve em conta temas de mulheres"; 2) direitos sexuais e reprodutivos: já que a frase abriria uma brecha para o reconhecimento do aborto; 3) feminismo: para ser mantido, outro grupo deve ser reconhecido, os religiosos; 4) global: o foco do Brasil será o da defesa do interesse nacional e da soberania.	
28/05/19	72ª Assembleia Mundial da Saúde	Comitê A, item 12.8. Declaração EUA: “Estamos gratos em falar em nome dos EUA, Brasil, Arábia Saudita, Iraque, Egito, Haiti, Gana, Nigéria e Indonésia que acreditam que a saúde das mulheres, crianças e adolescentes sustenta e melhora a saúde de nossas famílias e comunidades como um todo e que a família é a instituição fundamental da sociedade e, por isso, deve ser apoiada e fortalecida. [...] Convidamos estados membro a se unirem a nós na atenção a tópicos, que unem ao invés de dividir, sobre temas críticos envolvendo a saúde das mulheres, crianças e adolescentes. [...] Nós não apoiamos referências a termos e expressões ambíguas como o direito à saúde sexual e reprodutiva e seus derivados no contexto da OMS, uma vez que eles causam confusão e mal-entendidos. Esses termos não levam em consideração, adequadamente, o papel central da família na educação sexual. Mais ainda, eles vêm sendo associados à medidas e políticas pró-aborto. Por isso, nós solicitamos à OMS que foque nos termos consensuais entre os estados membro”.	https://apps.who.int/gb/statements/WHA72/
26/06/19	ECOSOC Humanitarian Affairs Segment (HAS) Resolução sobre fortalecimento da coordenação de assistência a emergências humanitárias da ONU	<u>Proposta emenda EUA:</u> “Os EUA apoiam esforços para promover cuidados de saúde a mulheres em emergências humanitárias, incluso vítimas de violência sexual [...] Isso, entretanto, não inclui o aborto, não é papel da ONU promover aborto [...] e sua resolução não deveria advogar pela inclusão de novos direitos humanos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. [...] Os EUA rejeitam esforços de prescrever o aborto, falsamente, como um direito humano”. <u>Explicação do Brasil de voto antes do voto:</u> “Gostaríamos de esclarecer nossa posição sobre os parágrafos 45 e 50 e, em especial sobre a proposta de emenda dos EUA, onde contem a expressão direitos sexuais e reprodutivos. O Brasil compartilha as preocupações expressas pela delegação americana, em particular em relação ao uso de conceitos que não são acordados internacionalmente, os quais o escopo não é claramente definido. Nossa preferência, nesse sentido, seria pela retirada dessa expressão. Por outro lado, alguns elementos da proposta americana poderiam ser inconsistentes com a legislação	Proposta emenda EUA: 1h57m22s Explicação voto Brasil: 2h03m40s Brasil pós votação: 2h37m33s http://webtv.un.org/search/closing-segment-ecosoc-humanitarian-affairs-segment-2019/6053005801001/?term=2019-06-26&sort=date&page=3

		<p>e jurisprudência brasileira. [...] que autoriza aborto, excepcionalmente, em casos específicos, como estupro e perigo à vida da mãe”.</p> <p>Votaram a favor da emenda Jamaica e EUA. Brasil, junto a outros nove, optou por se abster; o restante dos países votou contra.</p> <p><u>Fala Brasil após votação:</u> “O Brasil se juntou a consenso, entretanto, usamos a oportunidade para esclarecer [...], em relação aos parágrafos 43 e 47 adotados por voto, o governo brasileiro se desassocia de ambos. Nossa posição nesse assunto já foi explicada em nosso posicionamento anterior em direitos sexuais e reprodutivos”.</p>	
27/06/19	41ª Sessão CDH (?)	<p>Mais de 14 referências ao termo "gênero" foram vetadas pelo governo brasileiro. Solicitaram: 1) substituição do termo "gênero" por "igualdade entre homens e mulheres"; 2) eliminação da frase "vulnerabilidade à violência sexual e com base em gênero"; 3) substituição do termo "violência com base em gênero" por "violência sexual"; 4) exclusão das frases "desigualdades com base em gênero" e "serviços de saúde sexual e reprodutivo"; 5) substituição de "treinamento com base em gênero" por "treinamento que leve em conta temas de mulheres"; 6) exclusão de parágrafos inteiros com referência a aborto; 7) foi contra trecho que indicava necessidade de governos tomarem medidas para impedir que barreiras religiosas tivessem impacto negativo sobre as mulheres; 8) pediam que entidades religiosas fossem incluídas como atores sociais.</p>	<p>https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/</p> <p>Falta fonte oficial.</p>
12-14 jun/19	IX Reunião dos Mecanismos Internacionais para a Assistência Humanitária (IX MIAH).	<p><u>Orientação para diplomacia brasileira na Argentina:</u> despacho do Itamaraty orientou que fosse alterada a redação de um dos parágrafos da Declaração de Buenos Aires que falava em “violência de gênero” e que seria assinada no encontro do Grupo Consultivo Regional das Américas do Grupo Internacional de Busca e Resgates (INSARAG). O Itamaraty solicitou que os presentes deveriam falar em "violência contra homens e mulheres".</p> <p>“A delegação deverá propor a alteração da redação do parágrafo 3 para: 'Exhortar a los Estados, Agencias y Organizaciones Internacionales, Regionales y Subregionales y demás actores, a continuar fomentando la promoción y protección de los derechos humanos y prevenir la violencia contra hombres y mujeres en las acciones humanitarias, garantizando una atención equitativa e inclusiva, en especial de los grupos en situación de vulnerabilidad'”.</p>	<p>https://epoca.globo.com/guilherme-amado/documento-orienta-diplomatas-trocar-genero-por-homens-mulheres-23766808</p>
22-28 jun/19	Assembleia Geral OEA em Medellín, Colômbia	<p><u>Fernando Simas Magalhães:</u> “Entre as prioridades do governo brasileiro na área de direitos humanos estão o fortalecimento dos vínculos familiares, o fortalecimento do combate à discriminação e à violência contra as mulheres, sobretudo o feminicídio, e a</p>	<p>https://sxpolitics.org/ptbr/iniciativa-apoiada-pelo-brasil-para-enfraquecer-comissao-de-direitos-humanos-nao-avanca-na-oea/9555</p>

		proteção da vida desde a concepção. [...] É na base da proteção destes valores que aprovamos o documento aprovado nesta resolução, particularmente no que diz respeito aos direitos das mulheres, reafirmando que, neste âmbito, o governo brasileiro entende o termo gênero como referente ao sexo feminino. Manifestamos a disposição de acompanhar o consenso, ressaltando nossa posição a este respeito”.	https://outline.com/kfsEzt Falta fonte oficial.
01/07/19	41ª sessão CDH Reunião convocada pelo Canadá para negociar rascunho da Resolução para eliminação de todas as formas de violência contra a mulher	Brasil solicita inclusão de reconhecimento do papel de grupos religiosos na promoção dos direitos das mulheres e na proteção de meninas, se tal inclusão não fosse aceita, então a sugestão era de que se retirasse do parágrafo todas as referências aos demais grupos da sociedade civil. Entre as referências que seriam eliminadas, neste caso, estaria o termo "grupos feministas".	https://jamilchade.blogosfera.uol.cc/o.br/2019/07/01/governo-quer-a-inclusao-grupos-religiosos-nas-resolucoes-da-onu/ Falta fonte oficial.
11/07/19	41ª sessão CDH Votação da Resolução para eliminação de todas as formas de violência contra a mulher	<u>Votação Brasil:</u> 1) A favor de proposta do Paquistão e outros islâmicos, sugerindo retirar de uma resolução o termo "educação sexual" em projetos de combate à violência contra a mulher (15 sim, 25 não, 6 abstenções; 2) a favor de sugestão de emenda do Egito pedindo para suprimir ideia de que existe "direito à saúde sexual e reprodutiva" (13 sim, 27 não, 6 abstenções). Em votação sobre outra resolução, relacionada à educação sexual, o Brasil apoiou mudança proposta pelo Paquistão, propondo excluir a recomendação de “garantir o acesso universal à educação abrangente sobre sexualidade baseada em evidências”. O Brasil não justificou nenhum dos seus apoios e foi derrotado nas propostas de emenda, com a maioria dos países do conselho, que tem 47 membros, votando por derrubá-las.	http://webtv.un.org/search/ahrc411.6rev.1-vote-item3-38th-meeting-41st-regular-session-human-rights-council-/6057923464001/?term=2019-07-11&sort=date&page=5.#player
11/07/19	41ª sessão CDH Votação da Resolução sobre	<u>Votação Brasil:</u> 1) A favor de emenda proposta pelo Egito para excluir do texto referência “ao direito à saúde sexual e reprodutiva” (14 sim, 25 não, 7 abstenções); 2) a favor de emenda apresentada por Bahrain, em nome de outros países árabes para incluir	http://webtv.un.org/search/ahrc411.8rev.1-vote-item3-39th-meeting-41st-regular-session-human-rights-

	consequências do casamento infantil, precoce e forçado	texto sobre considerar a posição dos pais em questões sobre a educação para evitar o casamento forçado de meninas (18 sim, 23 não, 5 abstenções).	council/6057970424001/?term=2019-07-11&sort=date&page=4
12/07/19	41ª sessão do Comitê de Direitos Humanos Votação do mandato do perito independente sobre proteção contra violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero	Apesar de o Brasil votar a favor, Maria Nazareth Farani Azevêdo diz: “Não estamos satisfeitos com a linguagem empregada em várias resoluções no atual item da agenda, pois algumas expressões carecem de uma definição clara nos textos. O Brasil considera que o termo gênero é sinônimo de sexo, que deve ser entendido como a definição biológica de feminino e masculino”. A embaixadora criticou o uso da expressão “serviços de atenção sexual e reprodutiva”, que, segundo ela, “tornou-se associada a políticas pró-aborto”. Ela disse que o “governo brasileiro defende o direito à vida desde a concepção e condena a prática do aborto como método contraceptivo”.	https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-vota-favor-de-protecao-identidade-de-genero-na-onu-mas-ressalva-que-genero-sinonimo-de-sexo-biologico-23804802
07/08/19	Audiência Pública Ordinária - Comissão de Seguridade Social e Família Discussão sobre as recentes instruções dadas ao corpo diplomático no sentido de vetar nos textos e resoluções da ONU expressões relativas a gênero, feminismo e saúde reprodutiva. Requerimento de nº 228/2019, Deputadas	<u>Ernesto Araújo</u> : Nós temos procurado em alguns casos atualizar a nossa posição em fóruns internacionais de acordo com o que nos entendemos que é essa vontade que foi manifestada pelo povo brasileiro de acordo com os valores do povo brasileiro em benefício de todos. [...] ao longo desse ano queria destacar quatro reuniões internacionais em que a posição do Brasil foi atualizada conforme eu dizia. Na 63ª sessão da comissão sobre o Estatuto da Mulher em março, na 42ª sessão da Comissão de população e desenvolvimento em abril, na 72ª sessão da assembleia mundial e saúde, em maio, e na 41ª sessão do conselho de direitos humanos entre o final de junho e o início de julho. Em todas essas vertentes, quero enfatizar que o Brasil defende a igualdade entre homens e mulheres, conforme o art. 5, inciso 1, da Constituição Federal, que estabelece como os senhores sabem que entre homens e mulheres, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta constituição. Estamos plenamente comprometidos com o fortalecimento dos direitos humanos das mulheres, o enfrentamento da discriminação contra as mulheres, e a eliminação de violência contra as mulheres, conforme eu também já mencionava. O Brasil defende o princípio da inviolabilidade do direito à vida, art. 5 da Constituição Federal, e de maneira inteiramente no nosso entendimento consistente com a legislação brasileira. Nós, portanto, temos convicção	https://sxpolitics.org/ptbr/itamaraty-e-interrogado-pela-camara-sobre-conselho-de-direitos-humanos/9589 https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/56662

	<p>Fernanda Melchionna e Talíria Petrone</p>	<p>que estamos nessas áreas de direitos humanos, todas elas, agindo de maneira completamente compatível com a nossa constituição, com o nosso ordenamento jurídico. Da mesma maneira, defendemos o fortalecimento dos vínculos familiares dentro enfoque de direitos humanos. Para isso, nosso governo tem desenvolvido políticas públicas transversais na área de saúde, educação, habitação, assistência social, entre outras que tem sempre na família o ponto focal da atuação do estado. [...] As linhas centrais de ação do governo foram apresentadas nas negociações sobre o documento de conclusões da comissão e ao final dos trabalhos o Brasil juntou aos seus consensos após haver manifestado a nossa preocupação com a utilização de certos termos e expressões ambíguas. [...] Na sessão da comissão de população em desenvolvimento, a delegação foi chefiada pela Dra. Angela Gandra Martins, que apresentou na sua atuação as suas prioridades do governo brasileiro no que se refere às famílias, uma política totalmente apoiada evidentemente pelo Itamaraty por todo o governo brasileiro também. [...] Além disso, [na ocasião da Assembleia Mundial de Saúde] juntamente com a Polônia e o Iraque, o Brasil patrocinou um evento paralelo sobre liberdade religiosa do qual participou o secretário de proteção global do MMFDH, Sergio Queiroz, que também deixou clara a nossa, abrange prioridade que atribuímos a esse tema. [...] Enfim, nos, em alguns debates, no debate de algumas resoluções, também votou essa questão terminológica, a questão de gênero especificamente. Mas o Brasil sempre deixou claro que a nossa discussão é sobre esse aspecto conceitual e nosso posicionamento em absolutamente nada se desvia nem da nossa legislação, nem dos nossos compromissos.</p>	
<p>05/09/19</p>	<p>III Cúpula Demográfica de Budapeste, Hungria.</p>	<p><u>Discurso Damares</u>: “Brasil tem a importante tarefa de lidar com as significativas mudanças na estrutura familiar ocorridas nas últimas décadas, a redução do crescimento populacional, o envelhecimento da população e o aumento dos movimentos migratórios. [...] A taxa de fecundidade do Brasil atualmente é de 1,7, ou seja, já se encontra abaixo do nível de reposição populacional. [...] Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que conta no seu organograma, entre outras áreas, com a Secretaria Nacional da Família e com a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. O foco especial na família pretende fortalecer sua estrutura e as relações intrafamiliares. [...] Temos 24 habitantes por quilômetro quadrado. [...] Criação de um Observatório da Família, que tem por finalidade coletar e compilar dados que nos permitam formular e executar, com base em evidências, sólidas políticas públicas para o enfrentamento dos problemas que afetam o bem-estar das famílias</p>	<p>https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2019/setembro/na-hungria-ministra-damares-ressalta-que-o-brasil-e-um-pais-pro-familia</p> <p>https://sxpolitics.org/ptbr/transcricao-discurso-da-damares-cupula-da-demografia/9709</p>

		<p>brasileiras. [...] Não há como priorizar a família sem investir nas nossas crianças, respeitando sua integridade, tratando-as como crianças que são e dizendo um sonoro “NÃO” à ideologia de gênero. [...] O governo do presidente Bolsonaro, por sua vez, defende o direito à vida desde a concepção e condena a prática do aborto como método contraceptivo ou de controle de natalidade. [...] Temos priorizado auxiliar os nossos profissionais a alcançar um equilíbrio saudável entre trabalho e família. [...] Estamos em franca campanha de prevenção à automutilação e ao suicídio, mal que assola as famílias. [...] Buscamos promover uma política de fortalecimento da maternidade e de incentivo à adoção. [...] Por fim, eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para convidar todos os Estados aqui representados para juntar-se a nós na formação de um grupo de países amigos de família, para, no âmbito da Organização das Nações Unidas, defender e resgatar os valores que alguns setores tendem, muitas vezes, a ignorar”.</p>	
02/10/19	Ação ABGLT no STF	<p>Após notícia de 10/06 sobre novo dicionário do Itamaraty, a ABGLT solicitou ao Itamaraty, via Lei de Acesso à Informação, para ter acesso a tais documentos. O Itamaraty respondeu negativamente, alegando que o conteúdo havia sido classificado como sigiloso por ser “sensível para a condução de negociações internacionais do país”. Então, a ABGLT ajuizou ação no STF para contestar a orientação emitida pelo Itamaraty sobre o conceito de gênero empregado pela atual administração, na qual afirma que os atos do Itamaraty são inconstitucionais porque violam direitos das pessoas LGBT que foram reconhecidos pela Corte em diversos julgamentos. O ministro Gilmar Mendes acatou em 07/10 o pedido da entidade e solicitou que o Itamaraty apresente telegramas internos e justifique seu posicionamento. o Itamaraty se negou a apresentar os documentos internos e, agora, conta com o apoio da ANAJURE como Amicus Curiae no processo. No documento entregue ao STF, a entidade evangélica sugere ao STF que desconsidere o pedido e cita um "choque de cosmovisões". Segundo os juristas evangélicos, os grupos LGBT acionaram a corte para tentar impor sua teoria de gênero. Não há prazo para o STF decidir o caso.</p>	<p>https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/08/itamaraty-nega-informacao-sobre-politica-de-genero-a-associacao-lgbt.shtml</p> <p>https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/associacao-lgbt-contesta-no-stf-orientacao-do-itamaraty-sobre-genero.shtml</p> <p>https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/04/evangelicos-vaao-stf-em-defesa-da-politica-externa-de-araujo-sobre-genero.htm</p>
12-14 nov/19	Conferência Internacional de Desenvolvimento e	<p><u>Declaração de oposição às metas da CIPD+25, lida pelos EUA em nome do Brasil, Biélorússia, Egito, Haiti, Hungria, Líbia, Polônia, Senegal, Sta. Lucia e Uganda: “Ao contrário das previsões de crescimento populacional incluídas no Programa de Ação da</u></p>	<p>https://www.hhs.gov/about/agencies/oga/global-health-diplomacy/protecting-life-global-</p>

	<p>População +25, Nairóbi</p>	<p>CIPD, essas previsões não se concretizaram. Na verdade, na maioria das regiões do mundo hoje, a fertilidade está abaixo das taxas de reposição da população. Como resultado, o planejamento familiar deve focar tanto a realização voluntária da gravidez quanto a prevenção da gravidez indesejada. [...] Não apoiamos referências em documentos internacionais a termos e expressões ambíguas, como saúde e direitos sexuais e reprodutivos, que não gozam de consenso internacional, nem contemplam as reservas e ressalvas incorporadas ao resultado do Cairo. Além disso, o uso do termo SDSR pode ser usado para promover ativamente práticas como o aborto. Não existe um direito internacional ao aborto; na verdade, o direito internacional afirma claramente que ‘todos têm direito à vida’ (Artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos). A CIPD observa que os países devem ‘tomar as medidas adequadas para ajudar as mulheres a evitar o aborto, o que em nenhum caso deve ser promovido como um método de planejamento familiar’ (CIPD 7.24) e ‘reduzir o recurso ao aborto’, afirmando fortemente que ‘quaisquer medidas ou mudanças relacionadas ao aborto dentro do sistema de saúde só podem ser determinadas em nível nacional ou local, de acordo com o processo legislativo nacional’ (CIPD parágrafo 8.25). Este processo legislativo deve refletir a expressão democrática da vontade do povo, por meio de seus representantes eleitos livremente. Não podemos apoiar uma educação sexual que não envolva os pais de forma adequada e que promova o aborto como método de planejamento familiar. Mas apoiamos o ‘respeito adequado pela orientação e responsabilidades dos pais’ (E73) e dando aos jovens as habilidades para evitar o risco sexual”.</p> <p><u>Embaixador Fernando Coimbra</u>: “O mundo passou por várias mudanças nas últimas décadas, como declínio do crescimento populacional, envelhecimento da população [...]. Os desafios que enfrentamos no Brasil são proporcionais à extensão territorial do país. Não somos apenas um país continental, mas também um país diverso, com uma população de 210 milhões de habitantes. Atualmente, a taxa de fertilidade do Brasil é de 1,6, o que já está abaixo do nível de substituição da população. O declínio na fertilidade é atribuído à redução da mortalidade combinada ao aumento do acesso a informações e serviços de planejamento familiar. [...] É importante destacar que o Brasil defende o direito à vida desde a concepção e condena a prática do aborto como método contraceptivo ou anticoncepcional. [...] O Brasil também está implementando políticas e programas centrados na família. Estamos convencidos de que a família é a unidade</p>	<p>health-policy/joint-statement-on-the-kenya-summit-on-the-cipd25.html</p> <p>https://sxpolicies.org/ptbr/pronunciamento-do-brasil-na-cupula-de-nairobi-cipd-25/9783</p>
--	-----------------------------------	---	--

		básica da sociedade, conforme declarado no artigo 16 (3) da Declaração Universal dos Direitos Humanos”.	
27/11/19	2ª Conferência Internacional sobre Perseguição contra os Cristãos, Hungria	<u>Fabio Mendes Marzano</u> , secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania: um dos palestrantes do painel <i>Mudança de paradigma na política externa</i> , disse: “Um banimento parece existir sobre esse assunto [de religião]. É como se falar abertamente de religião machucaria aqueles que dizem não ter uma religião, o que eu acho que é impossível. [...] Portanto, o que temos de fazer é enfatizar que a liberdade religiosa não é somente o direito de praticar uma religião. Mas o direito de se manifestar, debater e defender a fé. E mesmo de tentar converter aqueles que não têm uma religião. Claro, não pela força. Mas lhes mostrando a verdade, a verdade real. [...] No coração da família, que é a principal célula sobre a qual qualquer sociedade é construída, a religião nos permite conectar com a essência espiritual da humanidade. [...] Uma das principais mudanças conduzidas pelo governo Bolsonaro foi exatamente colocar a religião no processo de formulação de políticas no Brasil. Isso foi feito em reconhecimento ao papel central que a religião tem na vida de milhões de brasileiros. Na forma em que vivem, como se definem e como buscam significado para sua existência. [...] Ela [a perseguição] está ocorrendo de uma forma sistemática e organizada, e muito bem planejada. Mas hoje, [os cristãos] estão sendo ameaçados na base, nos principais valores, por inimigos muito bem organizados”.	https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/28/governo-bolsonaro-cristaos-hungria-diplomacia-itamaraty.htm
03/07/20	44ª Sessão CDH Rascunho da Resolução para eliminação de todas as formas de violência contra a mulher	Brasil 1) pede exclusão de parágrafo que define o conceito de "intersecção"; 2) pede eliminação de referências aos direitos reprodutivos e saúde sexual para mulheres; 3) sugere suprimir parágrafo sobre acesso ao "planejamento familiar e métodos modernos de contracepção"; 4) pediu que trecho sobre garantia de "serviços e informação sexual" às mulheres fosse eliminado, assim como referências explícitas à "educação sexual". 5) alertou que o governo adota postura de "defesa da vida, desde sua concepção". 6) pede a inclusão de referência explícita ao papel positivo das organizações de base religiosa. 7) Solicita substituição de "igualdade de gênero" por "igualdade entre homens e mulheres".	https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/03/com-islamicos-brasil-tenta-esvaziar-resolucao-sobre-direito-das-mulheres.htm Falta fonte oficial.
07/07/20	44ª Sessão do Comitê de Direitos Humanos	<u>Brasil pede que trechos sejam vetados</u> : 1) que sugere a garantia de acesso universal à educação sexual; 2) "a gama completa de informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva inclui planejamento familiar, métodos seguros e eficazes de contracepção moderna, anticoncepção de emergência, programas de prevenção da gravidez adolescente, assistência à saúde materna, tais como assistência qualificada ao parto e	https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/07/brasil-e-islamicos-vetam-educacao-sexual-em-projeto-de-defesa-de-meninas.htm

	Resolução para eliminação de todas as formas de violência contra a mulher	assistência obstétrica de emergência, incluindo parteiras para serviços de maternidade, assistência perinatal, aborto seguro onde não seja contra a legislação nacional, assistência pós-aborto e prevenção e tratamento de infecções do trato reprodutivo, infecções sexualmente transmissíveis, HIV e cânceres reprodutivos”. E solicita a inclusão de 3) "desenvolver, apoiar e proteger um ambiente propício para a participação plena, efetiva, significativa e igualitária da sociedade civil, incluindo organizações de direitos de mulheres e meninas, grupos feministas, organizações baseadas na fé e defensoras dos direitos humanos de mulheres e meninas e organizações lideradas por meninas e jovens na criação, desenho, implementação e monitoramento de toda a legislação e políticas relevantes para alcançar a igualdade substantiva de gênero.	Falta fonte oficial.
15/07/20	44ª Sessão do Comitê de Direitos Humanos Resolução para eliminação de todas as formas de violência contra a mulher e Resolução para eliminação de mutilação genital feminina	Em ambos os textos, durante as reuniões de negociação, o delegado do Itamaraty na sala leu instruções de Brasília que pediam mudanças profundas na redação interpretadas como tendo o objetivo de limitar direitos.	https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/15/evangelicos-dao-o-tom-da-postura-internacional-do-brasil.htm Falta fonte oficial.
17/07/20	Conselho de Direitos Humanos ONU Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais	<u>Sérgio Rodrigues dos Santos, voto explicativo</u> : “Brasil aderiu ao consenso em resolução sobre discriminação contra mulheres e meninas”, porém “Brasil reitera sua posição no que diz respeito à linguagem sobre saúde sexual e reprodutiva. Em nenhum caso, o texto deve ser interpretado como promotor ou apoiador do aborto como método de planejamento familiar”.	06m12s http://webtv.un.org/search/item3-explanation-of-votes-29th-meeting-44th-regular-session-human-rights-council-/6172472829001/?term=2020-07-17&lan=English&cat=Meetings%2

	e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento		FEvents&sort=date&page=2#playe r
02/09/20	Declaração do Consenso de Genebra	<p>Em meados de 2019, Estados Unidos lançou comitê sobre direitos inalienáveis. Mike Pompeo, o secretário de Estado norte-americano; "nas últimas décadas, temos ficado confusos sobre direitos. Apelos por direitos têm moldado nossos debates políticos. Mas não é sempre claro se estamos falando de direitos fundamentais e universais, ou de prioridades políticas questionáveis, ou apenas preferências pessoais". O processo do comitê passou a ser acompanhado pelo Itamaraty e pelo Ministério dos Direitos Humanos, com participação da Secretária Nacional da Família, Angela Gandra Martins nas reuniões.</p> <p>No começo de 2020, Brasil e EUA querem liderar aliança internacional dominada pela vontade dos governos em reafirmar a rejeição ao aborto e a defesa da família. <u>Trechos da declaração</u>: "Prioridade essencial de proteger o direito à vida, comprometendo-nos a esforços coordenados em fóruns multilaterais. [...] Em nenhum caso o aborto deve ser promovido como método de planejamento familiar. [...] Quaisquer medidas ou mudanças relacionadas ao aborto dentro do sistema de saúde só podem ser determinadas em nível nacional ou local de acordo com o processo legislativo nacional. [...] Não há direito internacional ao aborto, nem qualquer obrigação internacional por parte dos Estados de financiar ou facilitar o aborto, consistente com o consenso internacional de longa data de que cada nação tem o direito soberano de implementar programas e atividades consistentes com suas leis e políticas. [...] A criança precisa de salvaguardas e cuidados especiais, antes e depois do nascimento. Medidas especiais de proteção e assistência devem ser tomadas. [...] Melhorar e assegurar o acesso das mulheres à saúde e ao desenvolvimento [...] sem incluir o aborto. [...] Partilha igualitária de responsabilidades para a família por homens e mulheres e uma parceria harmoniosa entre eles são críticos para seu bem-estar e o de suas famílias. [família é] o grupo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado e as mulheres desempenham um papel crítico".</p> <p>Em 01/09 Conectas apresentou requerimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Direitos Humanos do Senado "para que convoquem o</p>	<p>https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/18/eua-redefinirao-direitos-humanos-e-brasil-envia-representante.htm</p> <p>https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/09/02/brasil-e-eua-querem-liderar-alianca-mundial-antiaborto.htm</p> <p>Discurso embaixador americano: https://br.usembassy.gov/amb-todd-chapman-the-brazil-us-strategic-relationship-past-present-and-future/</p> <p>https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/09/05/parlamentares-querem-convocar-araujo-para-explicar-alianca-antiaborto.htm</p> <p>https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/08/as-vesperas-de-eleicao-brasil-assinara-declaracao-antiaborto-com-trump.htm</p> <p>https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/08/as-</p>

		<p>Ministro de Estado de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, para prestar esclarecimento sobre iniciativa".</p> <p>Em discurso na Fundação Getúlio Vargas em 20 de agosto, o embaixador americano no Brasil, Todd Chapman, fez referência ao projeto. Segundo ele, "Brasil e Estados Unidos estão conjuntamente patrocinando a Declaração do Consenso de Genebra para assegurar ganhos significativos de saúde para a mulher e defender a família".</p> <p>Em setembro, requerimento para que o ministro se apresente foi submetido ao Plenário da Câmara pela líder do PSOL, Sâmia Bomfim. Ela quer que o chanceler "preste esclarecimentos, por meio de sessão virtual, sobre aliança com os EUA para iniciativa internacional contra o aborto legal denominada Declaração de Consenso de Genebra".</p> <p>Ernesto Araújo, convidado para explicar a vinda do secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 24/09/2020: "Nós sempre nos posicionamos para que não haja, em textos de organismos internacionais, algum tipo de direito universal como método anticonceptivo, anti-concepção ou método de controle de natalidade. [...] No dia em que isso tiver que ser mudado ou se quiser se mudar, tem que ser objeto de apreciação pelo Legislativo Brasileiro e não vir de contrabando em textos internacionais de organismos internacionais. Essa é a nossa posição".</p> <p>O lançamento da declaração co-patrocinada pelo governo brasileiro está marcado para ocorrer no dia 22 de outubro.</p>	<p>vesperas-de-eleicao-brasil-assinara-declaracao-antiaborto-com-trump.htm</p> <p>Discurso Ernesto Araújo no Senado: https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/senadores-debatem-relacoes-entre-brasil-e-eua-com-chanceler-ernesto-araujo</p>
11/09/20	Requerimento de acesso PSOL	<p>Requerimento protocolado na Câmara em 09/07 solicitando documentos do Itamaraty teve como resposta do Ministério das Relações Exteriores que classificou os telegramas com instruções a diplomatas na ONU sobre temas relacionados ao aborto, igualdade de gênero e educação sexual como "reservados" até 2025.</p>	<p>https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2020/09/11/itamaraty-coloca-telegramas-sobre-aborto-e-genero-em-sigilo-ate-2025.htm</p>